

III ENCONTRO CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE

A QUESTÃO DOS IMPERIALISMOS

Nesta altura dispomos de distância suficiente para procedermos a uma avaliação do século vinte; aliás, nem outra coisa têm feito diversificados investigadores desde os finais do milénio. Desenvolve-se mesmo uma interminável querela à volta do que foi a Modernidade, se ainda perdura ou se transitámos para uma pós-modernidade. Posta nestes termos é provavelmente a controvérsia mais importante das últimas décadas no pensamento contemporâneo. Ora, as teses que se opõem nesse debate internacional passam, ou deveriam passar, pela seguinte questão: podemos ainda falar de um imperialismo? O capitalismo é ainda um sistema continuamente imperialista ou a “pós-modernidade” caracteriza-se por revolucionários eventos e efeitos de uma “globalização” que excluiu a vocação imperialista do capital com a qual também a Modernidade se constituiu? Tendo eu escolhido este desafio tão complexo, tentarei responder tão breve quanto possível, respeitando as condições destes notabilíssimos Encontros intitulados «Socialismo ou Barbárie».

A bem dizer, de uma certa perspectiva, o século bem pode ter terminado mesmo antes do fim do milénio, Quero dizer, sem ironia, que não é uma data, esta ou aquela, que importa, mas o Acontecimento, pois que se admitirmos que a Revolução de 1917 inaugurou uma nova época histórica, então o colapso da URSS e de outros regimes socialistas encerrou-a. Não terminou de vez a possibilidade de revoluções, nada de equívocos no que estou dizendo, mas findou a época do protagonismo mundial de uma determinada super-potência socialista. Esse acontecimento, um autêntico terramoto, mudou a história mundial, que até então se realizava em grande medida pelo confronto entre o capitalismo e o socialismo. Não estou fazendo juízos de valor sobre a qualidade desses regimes socialistas, de resto bem mais diversos do que pode parecer. Estou abordando um facto evidente. O curso do século passado não se entende sem esse referencial: a competição entre os chamados «dois blocos». A vocação imperialista dos Estados Unidos que se manifestou na última década de oitocentos saiu fortalecida com o desmoronamento sucessivo dos impérios coloniais europeus; o desfecho da Segunda Guerra mundial que lhes permitiu a liderança económica e política do hemisfério ocidental. Contudo, a vitória da URSS sobre o nazismo e a sua espantosa recuperação económica, o seu poderio militar e o seu peso determinante na relação de forças mundial, estimularam movimentos revolucionários por todo o planeta. Essa contradição marcou, mais do que qualquer outra, a história universal. Isto é, a luta de classes nos espaços particulares dos territórios nacionais, encontrou na luta entre os dois sistemas uma dimensão mundial. A Modernidade já não representava mais a hegemonia ideológica do liberalismo, essa mutação nem sempre a vemos sublinhada pelas filosofias políticas. Não há visão compreensiva desse larguíssimo período – a Modernidade - que se iniciou provavelmente no século XVI e que contém o Iluminismo sem com este se encerrar, que não incluía as correntes do pensamento socialista, expressão dos ideais e das utopias mais avançadas, e a sua oposição aos credos liberais. Por conseguinte, se o liberalismo triunfa apesar de tudo das experiências

socialistas mais ou menos utópicas do século XIX, ele perdeu a sua hegemonia a partir do sucesso da Revolução Socialista na Rússia e, mais vincadamente ainda, com o prestígio e o peso na cena mundial da União Soviética. O socialismo alimentava paixões e provocava debates, aproximava a intelectualidade do proletariado, estimulava a criação artística e filosófica, cindia irremediavelmente a Esquerda em partidos comunistas e social-democratas. Na acção política ninguém permanecia indiferente perante aquele novo mundo que representava a grande alternativa, finalmente concreta e não mais utópica, ou, então, pelo contrário, representava a ameaça mais temível para o pensamento conservador. A competição entre dois sistemas que se afirmavam tão antagónicos, a esperança de que o sistema socialista realizava finalmente o sonho milenar das multidões exploradas e oprimidas, caracterizou uma época que jamais a humanidade conheceu. Essa foi a característica mais marcante do século, força motriz da história que provocou, ou condicionou pelo menos, uma série sucessiva de acontecimentos. Creio que nada disto é controverso. O que me importa lembrar é a emergência de uma força mundial de oposição às sociedades capitalistas, uma terça parte do mundo que se regia por critérios não capitalistas, os imensos territórios abrangidos pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por diversos países da Europa central e, no extremo oriente, por esse colosso potencial que era a China. No decorrer dos anos do pós-guerra os movimentos independentistas das colónias dos antigos impérios alcançaram êxitos extraordinários e muitos desses novos regimes opuseram-se ao imperialismo norte-americano e refiro particularmente o movimento dos países Não-Alinhados que constituiu um importante travão nos planos norte-americanos de hegemonia. Esses anos da nossa juventude ensombrados pela ameaça da guerra nuclear não devem colocar no olvido ou numa simples nota de rodapé dos livros de história os formidáveis progressos políticos, económicos e sociais que traziam a marca das ideias socialistas. O mundo mudara profundamente: uma enorme área do globo colonizada e palco de rapinas sangrentas (a história do colonialismo e da escravidão sob o capitalismo é das mais negras da história mundial) emancipara-se, se bem que à custa de pesados sacrifícios (a brutal resistência dos imperialismos colonialistas pode preencher uma grande parte do Livro Negro do capitalismo), e aqui basta lembrar a Indochina, a Argélia e as colónias do império português. Também é verdade que nem sempre as admiráveis tentativas de libertação democrática e nacional foram vitoriosas: na América Latina, essa imensa coutada para as corporações norte-americanas, as tentativas revolucionárias ou as mais moderadas reformas democráticas e nacionalistas, quer fossem mesmo por via eleitoral e pacífica, acabaram quase sempre esmagadas sob o terror de ditaduras militares. É evidente que a existência do mundo socialista estimulava mas não facilitava as revoluções nem garantia o seu sucesso. O que pretendemos enfatizar é o inegável o poder de atracção exercido pelas sociedades esperançosas da URSS, da China ou de Cuba.

Dever-se-á concluir, como muitos o fizeram na altura, que os difíceis equilíbrios da Guerra Fria, ou os chamados imperativos geoestratégicos, deixavam de certo modo as mãos livres aos Estados Unidos? Existiam zonas estratégicas distribuídas entre as super-potências através de acordos cinicamente realistas? De modo nenhum, embora a *realpolitike* funcionasse, como, de resto, funciona sempre entre Estados. O obstáculo que impedia o imperialismo norte-

americano de atacar mais ainda, de atacar os próprios países socialistas, foi a arma nuclear. Atacaram Cuba, o Vietnam, serviram-se da Eritreia para derrubar o socialismo da Etiópia, desestabilizaram a Somália, eliminaram o primeiro presidente do Congo democrático, depuseram a República no Irão e colocaram um rei fantoche, organizaram planos para tomar o Suez e liquidar o Presidente Nasser do Egipto, organizaram o golpe contra Sukarno e ajudaram a assassinar um milhão de comunistas e ficamos por estes exemplos, não excluindo o Afeganistão e a Palestina e os países do golfo arábico. É claro que as estratégias que pressupunham a Guerra Fria, isto é que serviam para evitar um confronto directo entre as duas super-potências, não foram de modo nenhum um Tratado de Tordesilhas que dividisse o mundo em Ocidente e Oriente, essa tese retorcida de um compromisso geoestratégico entre as duas super-potências servia sobretudo para justificar a política imperialista dos Estados Unidos; se compromissos houve foram então violados descaradamente na Coreia, no Vietnam, Camboja e Laos, isto é, nas “barbas” da China. Os Estados Unidos e os seus aliados nunca cederam o passo ao progresso dos povos subjugados e quando não convinha intervir directamente, intervinham indirectamente através de estratégias desestabilizadoras terroristas, do golpismo sangrento, dos bloqueios económicos, do suborno de políticos corruptos, da instalação de bases militares por toda a parte. De resto, a principal ameaça de guerra nuclear proveio dos próprios Estados Unidos, a corrida aos armamentos que eles promoveram é bem a prova provada, assim como a criação da NATO que é anterior ao Pacto de Varsóvia. O real conteúdo da Guerra Fria era a ambição dos EU e seus aliados em conquistar o máximo de territórios do planeta, impedir a propagação das ideias e dos regimes socialistas, ou até e apenas anti-imperialistas, e estes propósitos constituem um só evidentemente. Se mais não conseguiram foi por causa da presença poderosa da URSS, sobretudo, e da China. Era a estas e a outras forças de oposição que eu me referia no início. Factos são factos. O século passado pode, assim, ser caracterizado pela existência de duas forças opostas equivalentes ou quase. O que uma fazia incomodava a outra, fazia-a recuar ou estimulava a competição. Como todos sabemos estivemos à beira mais que uma vez de uma Terceira Guerra Mundial. Qualquer acto cometido por um dos lados podia provocar no outro uma resposta catastrófica. Essa espada de Tântalo esteve suspensa sobre a cabeça de várias gerações. Evito fazer juízos de valor sobre a natureza dos regimes socialistas, qualidade e diversidade. Particularmente sobre a reiterada afirmação de que tanto a URSS era imperialista como os EU e que, portanto, o século teria sido a confrontação prolongada de dois imperialismos, um dos quais saiu derrotado. Não creio que convertendo a expressão «imperialismo» numa expressão ambígua se facilitem as coisas. Declaro já, sem equívocos, que reservo o termo e o conceito de “imperialismo” para os Estados Unidos e seus aliados. Há duas interrogações principais que justificam um esclarecimento tão preciso quanto possível do termo e conceito de “imperialismo”: Primeira – A URSS era uma super-potência imperialista ou não? Segunda – Existe um imperialismo hoje? No caso afirmativo de que tipo é?

Não podemos em rigor caracterizar a URSS como “imperialista”, nem os factos, nem os documentos comprovam tal designação construída e promovida pela propaganda do ocidente capitalista e explanada em teorias profusamente

vendidas. A utilização de noções vagas, arbitrárias, não enfraqueceu, porém, a eficácia, bem pelo contrário, dessa propaganda, que provocava o medo e justificava o verdadeiro imperialismo. Houve famosos intelectuais que consideravam imperialistas ambos os lados e, por isso, se refugiavam em neutralidades cómodas. É preciso que se diga que o consenso que permitiu o Movimento dos Não-Alinhados não se baseava principalmente no pressuposto de «entre dois imperialismos, não escolhemos nenhum», ainda que ele fosse porventura real, mas em objectivos sobretudo económicos, isto é, um programa de desenvolvimento não-capitalista autónomo e tratados de comércio comum e multilateral. O projecto que justifica a designação «Não-Alinhados» explica-se pela co-relação de forças interna desses países, pela maior ou menor força das suas próprias burguesias.

Penso que a URSS não construiu um império. Foi evidentemente hegemónica no Leste da Europa mas nunca o foi no resto do mundo. Não vale de nada construirmos cenários improváveis do género: se o mundo capitalista fosse demasiado fraco, a URSS ocuparia a Europa com os seus exércitos... Só de uma coisa temos a certeza: o desejo e a esperança de uma revolução mundial alimentou a mente de milhões de seres humanos, e não foi evacuada definitivamente do horizonte. Com Lenine e com Estaline a Rússia soviética, depois URSS, sempre afastou a estratégia de exportar a revolução, e sabe-se como foi longa e crispada essa querela à volta do «socialismo num só país».

As intervenções externas da União Soviética, algumas muito controversas (como no caso da Checoslováquia), não bastam para as caracterizar como imperialistas, porque não resultavam de um modo de produção cujo processo de acumulação exigia o imperialismo como necessidade intrínseca de exportar o capital e aumentar os super-lucros. Devíamos concluir que, pelo contrário, a URSS ou a China impediram, ou travaram pelo menos, a mundialização capitalista. Mais claramente: se não fosse a existência de mundo não capitalista (os países socialistas e outros regimes que se opuseram ao imperialismo capitalista) a chamada “globalização” já estaria imposta desde as ruínas legadas pela 2ª Guerra Mundial. De facto, em 1945, com a derrota da Alemanha e do Japão, a União Soviética impedida de ser erguer das ruínas, os Estados Unidos tornar-se-iam senhores absolutos do planeta, a Europa, o extremo oriente a América Latina seus protectorados. Mas a história não lhes correu de feição, apesar de tudo: a URSS ergueu-se rapidamente para surpresa de todos, a China libertou-se e, sucessivamente, outros países aproveitaram as circunstâncias e seguiram diversos rumos convergentes de progresso e democracia. As grandes transformações e conquistas sociais dos povos e dos trabalhadores devem-se principalmente, digo eu, à influência positiva exercida em todo o mundo pela Revolução de Outubro e, mais tarde, pela vitória da URSS sobre o nazismo e pelos progressos sociais que os países socialistas realizavam, para inspiração dos sindicatos operários e dos partidos políticos da Esquerda. O próprio *New Deal* e a prática das teorias do economista Keynes nos Estados Unidos é impossível desligar tudo isso da influência dos ideais progressistas que os progressos e os êxitos do mundo socialista inflamavam. Algumas derrotas dos partidos comunistas logo no pós-guerra, como sucedeu nomeadamente na Itália, e sabe-se como para tal contribuíram os Estados Unidos, os clérigos e as máfias, não colidem com a

afirmação anterior, evidenciam, pelo contrário, os planos imperialistas dos Estados Unidos já elaborados quando a derrota do Eixo nazi-fascista se anunciava. Na verdade as hesitações e atrasos nos exércitos dos aliados evidenciam o cálculo de permitir-se que a União Soviética ficasse de tal modo destruída e desorganizada económica e politicamente, que tornassem possíveis revoltas internas para acabar com o comunismo de vez. Pesem embora todos os defeitos de Estaline e todas as críticas que lhe possam ser assacadas, o seu papel na Conferência de Yalta foi absolutamente decisivo para fazer frustrar os planos dos Aliados. O que queremos afirmar com clareza, sem tibiezas, é que a Segunda Guerra Mundial foi provocada pelos imperialismos nazi-fascistas, mas a entrada nela dos Estados Unidos visava planos imperialistas bem conhecidos e apoiados pelos governos das nações suas aliadas, planos de que o Partido Comunista da União Soviética teve perfeito conhecimento e em boa parte frustrou. Insistimos nisto: o século vinte não foi o século da estrada real do imperialismo, mas o século em que ele não avançou tanto e tão depressa como desejava, em que sofreu derrotas e recuos de formidável alcance. Foi simultaneamente o século do socialismo. Nele se apresentou com foros de realidade aquela bela utopia concreta sobre a qual tão bem escreveu Ernst Bloch, nele se depositaram as melhores esperanças, se realizou um rol impressionante de grandiosas conquistas e de muitas outras mais modestas que, somadas, exprimem profundas transformações no modo de vida das populações, direitos que tornaram a liberdade mais livre e a segurança mais duradoira, nos contractos de trabalho, nos tempos de trabalho e de repouso, na protecção da saúde, na educação, na promoção da emancipação das mulheres, no cuidado e importância atribuída às crianças e jovens, etc. A história não caminhou apenas pelo lado mau. A civilização avançou, as doutrinas contidas na ideologia progressista da Modernidade, do Iluminismo, da Revolução Francesa, do vasto movimento operário que gerou os partidos sociais-democratas e, a seguir, comunistas, não se baldaram de todo. Nenhum historiador que se diga sério pode minimizar tantas e tamanhas mudanças benéficas na vida dos seres humanos. Foi porque a civilização avançou extraordinariamente mercê das lutas dos trabalhadores, que se compreende porque é que hoje parece estender-se um cenário de luto por um passado perdido. Mas sim, se a barbárie imperialista sob a ideologia nazi-fascista ou sob a ideologia liberal-democrática devastou comunidades e vidas, não o fez mais e pior porque se confrontou com a força das armas, fossem estas as greves ou as espingardas. Se apenas o imperialismo dispusesse da bomba, a história seria completamente outra.

A influência dos países socialistas e dos ideais comunistas explica também o desenvolvimento das esquerdas alternativas, isto é, das sociais-democracias, que desde o seu início nos alvares do século serviam sobretudo para satisfazer algumas reivindicações operárias de modo a impedir as sublevações radicais. O que é certo é que, apesar desse oportunismo, ou por causa da correlação de forças, os trabalhadores alcançaram substanciais benefícios nas décadas seguintes. Os teóricos anti-comunistas apressaram-se a afirmar que tais progressos, o Estado-Providência como costumam designar (que é uma expressão da doutrina social da Igreja), se deveram à vontade do capitalismo mercê do surto de desenvolvimento que recebeu no pós-guerra, a começar pelos Estados Unidos que beneficiaram amplamente com a Guerra Mundial.

Ou seja, o Estado Social seria uma criação capitalista, efeito imanente do seu modo de produção, produzindo a abundância e, portanto, os benefícios sociais. Os factos não demonstram isso. Sem a força dos partidos e movimentos sociais, sem a influência positiva do mundo socialista, sem a massiva atracção pelos ideais socialistas, não existiria capitalismo algum tão bondoso que oferecesse férias pagas aos trabalhadores, contratos colectivos e concertação social, serviços de saúde e de educação gratuitos, etc. Foram conquistas e não dádivas, e conquistas por vezes bem difíceis. Onde o capitalismo pôde implantar ditaduras, implantou-as, como aquela que sofremos em Portugal dezenas de anos, com pouco incómodo para os interesses ditos democráticos dos Estados Unidos.

O que temos vindo a dizer sobre a dialéctica, se assim me posso exprimir, entre os mundos capitalista e socialista ao longo do século passado, não exclui de modo nenhum as tendências objectivas inerentes ao modo de produção capitalista. As tendências para elevar a taxa de lucro, a acumulação, concentração e centralização, constituem factores suficientemente constantes para podermos falar numa lógica imanente do modo de produção capitalista que o obriga a expandir e a diversificar os mercados, a aumentar o peso relativo do capital constante e a “revolucionar”, digamos assim, as tecnologias, a desencantar o mundo impregnando-o de novos encantos, a submeter todos os indivíduos às necessidades artificiais e variáveis de consumo. O capitalismo já possuía essas e outras tendências antes da existência do mundo socialista. Queremos dizer, contudo, que é insuficiente, e até mesmo insustentável, uma explicação dos rumos de desenvolvimento do capitalismo que não tenha em conta a luta de classes no interior do modo de produção. A contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas traduz essa dialéctica imanente. Refiro-me particularmente à contradição entre duas tendências: a tendência para a socialização da produção (talvez a tendência principal se compreendo correctamente o pensamento de Marx) , isto é, a concentração da produção e distribuição, organização e racionalização, a constituição de grandes grupos em lugar de indivíduos isolados, as empresas públicas ou tuteladas pelo estado, a generalização de mercadorias, serviços e tecnologias para um número sempre crescente de indivíduos, povos e países) e a tendência para a sobre-exploração, divisão social do trabalho e a alienação e subjugação do trabalhador em relação ao processo de produção do início ao fim, para a precariedade e fragilização dos contractos de compra e venda da força de trabalho, manutenção de um exército de reserva de desempregados ou excluídos do sistema por via da racionalização das forças de produção, utilizados como arma de chantagem sobre os salários e as lutas dos trabalhadores. A passagem da mais valia absoluta à mais valia relativa evidencia precisamente a existência dessa oposição de forças, do lado da capital e do lado dos trabalhadores, ou seja a resposta do capital à diminuição da jornada de trabalho introduzindo novos métodos para manter e até aumentar a produtividade e, portanto, o sobre-valor e os lucros.

O século passado conheceu progressos de vária ordem tanto no mundo socialista, como no mundo capitalista. Todavia, muitos destes progressos foram efeitos derivados, não constituíram um devir racional da História. Se assim fosse o socialismo seria hoje o sistema dominante. Foram por vezes

obras do acaso, acontecimentos não previstos, antagonismos, resultados da luta de forças, da correlação de forças, do desenvolvimento de tendências contraditórias. O progresso ideal para o capitalismo, a sua utopia, digamos assim, é agora, como foi sempre, converter todos cidadãos, todos os indivíduos de qualquer idade ou condição étnica, cultural ou geográfica, todos os trabalhadores, em mercadorias e consumidores de mercadorias, submeter todos os trabalhadores à obediência, empregados uns, desempregados outros, qualificados uns, desqualificados outros, incluir uns, excluir outros, através de um controlo absoluto, de uma regulação totalitária (e aqui cabe bem esta expressão bastante ambígua, aliás) inculcando desejos e programando-os segundo as necessidades do capital. Um só território do tamanho do planeta para o capital, um só mercado mundial, um imenso exército de corpos e cérebros completamente domesticados, um só pensamento, um desejo condicionado. Mas esta distopia assustadora não é, felizmente, realizável. O modo de produção não é somente constituído pelo capital, mas também pelos trabalhadores. A relação das forças entre quem produz e quem lucra condiciona o apetite pantagruélico do capitalista. A liberdade relativa do trabalhador é uma condição para o mercado de compra e venda da força de trabalho, a massificação universal do consumo não funciona com uma imensa massa de consumidores sem um mínimo de poder de compra e de livre arbítrio, ainda que este possa não ser mais que uma ficção útil, os trabalhadores necessitam de repouso e outras condições necessárias à reposição da sua força de trabalho, embora os seus tempos livres possam ser cada vez mais absorvidos pelo negócio dos tempos livres, da saúde, dos cuidados com o corpo, da imagem e do espectáculo. O capital ambicionaria um trabalhador completamente passivo, contudo é a resistência do trabalhador que impele o capital a transformar os métodos e as tecnologias, que se traduz naquilo que é comum designar-se como o «progresso técnico». São, sem dúvida, progressos na acumulação do capital, mas também um longo e sofrido rol de conquistas sociais dos trabalhadores. Uma guerra incessante: conquistas que se arrancam a ferros, conquistas que por vezes se virão a perder. Como se constatou nenhuma conquista social era eterna. Não o foi o mundo socialista, não o foram os Estados Providência. A relação de forças é que determina a orientação do progresso ou do retrocesso.

O capitalismo ajusta-se às condições do mercado conforme a relação de forças. No final do milénio e antes da erupção da actual crise o capitalismo procurava seduzir os trabalhadores com a promoção de um cooperativismo no interior das empresas, os ideólogos do regime apresentavam as novas empresas de ponta como exemplos de cooperação, de empresas-família, de assalariados transfigurados em “colaboradores”, de um taylorismo que dava rapidamente lugar a um neo-taylorismo mais humano. Teóricos houve que, constatando a socialização crescente da produção como tendência imanente na qual a cooperação aumenta exponencialmente compensando os malefícios da divisão e especialização do trabalho, acreditaram haverem-se criado, deste modo, condições objectivas e subjectivas para se erguer um modo de produção socialista, isto é, a conjugação das novas tecnologias com novas relações de produção. Admitamos que sim, que o potencial está à superfície, mas o que fazer com esse potencial é que é a questão mais complicada. A socialização existe de facto, e é mesmo planetária ou tende a tal, a cooperação no novos

processos de trabalho é realmente possível, Marx refere-se-lhe claramente nas páginas de *O Capital*, tudo isso é indiscutivelmente verdadeiro e importante, mas as teorias da convergência do socialismo e do capitalismo por osmose reformista nunca se realizaram na prática. Tal potencial facilita a transição para o socialismo de que forma: pela revolução ou por reformas? De uma maneira geral as teorizações pós-modernistas de há uns anos atrás exprimiam paradoxalmente uma visão conformista do mundo, as suas conclusões sobre a capacidade infinita do capitalismo reconfigurar-se a si próprio a transformar todos os lugares do mundo onde chegava, conduziam a uma capitulação, viesse ela sob a fórmula de um pragmatismo sem outros horizontes senão o presente, ou sob a fórmula reconhecida das utopias. Não é de todo exagerado classificar determinadas teorias como uma subtil propaganda capitalista. Não é verdade que se promove a descrença e a desistência relativamente a uma alternativa radical quando grande parte dos propósitos de demolição sistemática da Modernidade transmitem a rejeição completa e definitiva dos regimes socialistas, passados e virtuais, e da dialéctica da luta de classes? Não é verdade que quando Marx é referido é para dele se omitir, ou mesmo criticar, a sua primeira e última intenção: o derrube do capitalismo? O aproveitamento do declarado potencial libertador do capitalismo parece apresentar-se como a utopia possível, que, ao contrário das anteriores, rejeitadas e desacreditadas, já não ousa imaginar uma sociedade sem capitalismo.

Entretanto sobreveio a crise, ou o seu brutal agravamento. Determinadas utopias desfizeram-se subitamente em fumo. A realidade moveu-se mais depressa que o pensamento que a queria conter nas suas margens. Com o estouro da economia dos Estados Unidos e da Europa a ideologia quase que emudeceu à procura de novas fórmulas filosóficas que transfigurem os retrocessos civilizacionais em putativos avanços. A propaganda dos testas-de-ferro do capitalismo e os seus ideólogos de serviço apressam-se agora a convencer toda a gente do dever de todos cooperarmos para sairmos da crise. Enquanto se apela ao patriotismo torpedeia-se a soberania nacional. Enquanto se pede com lágrimas de crocodilo a colaboração de todos na transcendente tarefa de salvar a economia sem a qual não há empregos, despedem-se trabalhadores, retrocedem as regras do trabalho, permite-se a chantagem dos financeiros e especuladores e reforçam-se os poderes de organismos internacionais que mais do que regular os capitais, impõem velhas receitas de exploração e de acumulação do capital. O capitalismo mudou sim, mas para pior, andou sim, mas para trás. O capitalismo retroage, impondo, pela força ou pelos consensos, ou pela chantagem, políticas de austeridade, que procuram de novo subjugar os trabalhadores, povos e países inteiros. A empresa-família é novamente a empresa administrada e controlada até ao limite pelos capitalistas e seus agentes. Um capitalismo sem rosto humano, já sem a treta e o truque do combate anti-comunista da Guerra Fria. O “socialismo democrático”, bandeira das sociais-democracias e da auto-intitulada “Nova Esquerda”, faliu, a sua deriva para um capitalismo sem rebuço já se anunciava, aliás, muito antes desta última crise. Porque, importa dizer que tomou o freio nos dentes desde, pelo menos, a administração de Reagan e da senhora Thatcher. Importa dizer que a sua arrancada em direcção a um controle absoluto não se iniciou por causa da derrocada da União Soviética, foi ela mesma que

funcionou como alavanca para derrubar o bastião adversário. Ora, o que é isto, o que tem sido isto, senão um imperialismo? A expressão “neo-liberalismo” com que se classifica o capitalismo contemporâneo é adequada para se designar uma orientação dita “monetarista” também conhecida por teoria da “Escola de Chicago”, que se opunha à escola que defendia as teorias económicas de Keynes. Um papel maior do Estado, investimentos públicos, uma distribuição da riqueza que se pretendia mais equitativa; um determinado contrato social com os sindicatos e virada para a produção de bens e para o consumo. Um modelo norte-americano que se associava ao seu melhor período de prosperidade. Na Europa vigorava o Estado Social, cuja relativa estabilidade e bem-estar constituiu uma barreira protectora contra os projectos revolucionários e uma competição cada vez mais difícil de ser prosseguida com sucesso pelas economias colectivistas do Leste. O neo-liberalismo é, portanto, uma política exportada e imposta pelos Estados Unidos aos mais renitentes dos seus aliados europeus. Foi porque a Europa entrou em decadência que se viu obrigada a adoptar o neo-liberalismo? Não. Foi porque os Estados Unidos impuseram as suas regras no comércio mundial e controlavam os processos de financiarização das economias, a começar pela deles. Os Estados Unidos é que entraram em decadência. O Estado Social depois é que começa a ser desmantelado, os códigos do trabalho, os direitos, etc. As crises periódicas do capitalismo foram aproveitadas para uma reordenação das forças na luta de classes. Uma nova ordem mundial estava já na forja antes mesmo do 11 de Setembro, esse singular acontecimento cujas causas são tão nebulosas que admitem todas as suspeitas, mas cujas consequências vieram demonstrar com toda a evidência os planos imperialistas do capitalismo. A história do capitalismo, desde pelo menos a Revolução Industrial, esclarece-nos sobre o seu insaciável apetite global pelas recursos energéticos que alimentam a produção, o mercado e a rentabilidade do capital. O controlo dos meios de produção desempenha um papel tão crucial como a exportação de capitais e a multiplicação do dinheiro, associam-se e compõem a vocação imperialista do Capital.

A minha comunicação intitula-se «A questão dos imperialismos». Terei saído completamente do tema ou aquilo que descrevi são pedaços de um puzzle que, dispostos nos seus devidos lugares, nos dariam o retrato do imperialismo? Creio que sim, não falei eu de outra coisa senão do imperialismo.

Usualmente tomamos a expressão «imperialismo» no sentido da dominação das grandes potências do Ocidente sobre os países pobres, do Norte sobre o Sul, do Primeiro Mundo sobre o Terceiro Mundo. Dizer “imperialismo” é uma outra forma de dizer «colonialismo», «impérios coloniais», ou «neo-colonialismo» para o distinguir do colonialismo oitocentista, ou ainda, como era usual há umas décadas atrás, o “imperialismo” é a exploração exercida pelo mundo industrializado sobre o mundo camponês. Compreende-se que estes significados, económicos e políticos, hajam sido enfatizados na segunda metade do século passado mercê da importância especial das revoluções operadas pelos novos países do Terceiro Mundo, que vinham substituir as revoluções nos países desenvolvidos, consideradas já impossíveis. A influência da China foi decisiva nesse contexto.

No fundo esse significado deriva da teorização de Karl Kautsky (1854-1938), figura de vanguarda do marxismo tradicional e da social-democracia, e não creio que seja satisfatória; creio mesmo que faz tábua rasa da investigação que Marx efectuou e expôs no *Capital* sobre a acumulação do capital, que culmina, na maturidade, as teses muito antes expostas no *Manifesto do Partido Comunista*, sobre a formação e expansão de um mercado mundial; atrevo-me a afirmar que a base original da constituição do imperialismo, moderno e contemporâneo, se encontra revelada nessa descrição visionária e genial do processo de mundialização do capitalismo contida nesse livrinho pelo qual, normalmente, os comunistas iniciavam a sua formação política. Certamente que vários outros textos do punho de Marx poderiam ser citados relativamente a este tema, mas o *Manifesto* e certos capítulos de *O Capital* bastam para compor a teoria de Marx sobre a natureza imperialista do capitalismo. A orientação expansionista deste, absolutamente inevitável quando nenhum outro modo de produção com força equivalente se lhe opõe, é acompanhado pela violência e pela guerra aberta e brutal, e tanto bastaria ler o texto de Engels «A violência na história» que descreve com minúcia a constituição da grande Alemanha sob o governo de Bismark e a competição entre as potências europeias por territórios e recursos intra e extra europeus. O capital desde que veio ao mundo transpira lama e sangue, Marx descreve a brutalidade da exploração na parte de *O Capital* dedicada ao processo de acumulação do capital (Livro Primeiro, Tomo III).

A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contactos em toda a parte. As designadas sociedades-em-rede, a trama que entrelaça a circulação da comunicação das actividades económicas, a circulação mundial de bens e de dinheiro, confirmaram esta tendência e muito provavelmente o processo não atingiu ainda o seu limite.

«A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reaccionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés (...) Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram (necessidades) novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual.» Podemos ler estas palavras no *Manifesto*, redigidas no ano longínquo de 1847! Nenhum outro escrito, que não do punho de Marx ou Engels, que conheçamos, colocara até então o problema nestes termos, mesmo aqueles que anunciavam os triunfos do mercado e do modo de produção capitalista, nomeadamente Adam Smith e David Ricardo. Na verdade, as teses expostas com clareza excepcional no *Manifesto*, são absolutamente pioneiras e originais, sobretudo se não forem desligadas do pensamento anterior e posterior de Marx. Anterior, porque vemos delas prenúncios nos textos de *A Ideologia Alemã* (a tese da divisão social do trabalho como fundamento dos diversos modos de produção) e nos *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*; posterior, porque o imperialismo,

com ou sem esse nome, é claramente dedutível da investigação científica exposta por Marx na obra *Para a Crítica da Economia Política*, de 1859, onde dedica dois capítulos ao comércio externo e ao mercado mundial e, sobretudo, nas páginas de *O Capital*, por exemplo no subcapítulo que expõe a «tendência histórica da acumulação capitalista» onde refere expressamente o “carácter internacional do regime capitalista” e o “entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial”. A natureza imperialista da burguesia e do capital, tanto na economia como noutras áreas, é uma tese marxista, marxiana se preferirmos esta expressão que atribui a Marx o que é de Marx e não de vindouros. Se isto já for sabido tanto melhor. Mas objectar-me-ão: não se deve a Lenine? Sim e não. Não se deve originalmente, como vimos: Lenine foi provavelmente o melhor leitor de Marx (bem melhor do que Plekhanov e Kautsky que traduziram e divulgaram algumas das suas obras). Lenine compreendeu Marx e não omitiu teses deste muito provavelmente porque não sofreu a deriva social-democrata, e essa compreensão leninista do pensamento de Marx estará, creio eu, no plano teórico e no plano prático, na origem da sua ruptura com a Segunda Internacional e nos ataques ao oportunismo de Kautsky de quem fora amigo e admirador. As famosas teses de Lenine sobre o imperialismo assentam, não tenho dúvidas, na teoria de Marx, de quem, de resto, faz oportunas citações no seu pequeno mas substantivo livro «O Imperialismo, Fase superior do Capitalismo». Não apenas porque Lenine desenvolveu as teses de Marx ajustando-as ao capitalismo das primeiras décadas do século vinte, e isso já seria bastante. A intenção claramente exposta foi combater Kautsky e a deriva social-democrata. A definição que Kautsky formulou de “imperialismo”, segundo a qual expressava o domínio – exploração e opressão – dos países “agrários”, mais pobres e atrasados, tornou-se tão usual no século passado que a sua origem foi vulgarmente atribuída ao próprio Lenine, quando, na realidade, Lenine a criticou duramente e sem contemplações no seu opúsculo. Kautsky afirmava que se assistia apenas a uma das formas de evolução do capitalismo, que não a suprema ou derradeira, «à exploração do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente», e, assim, a luta deveria ser orientada contra os «trusts e carteis», os monopólios, conjecturando que essa fase poderia transitar para uma outra, a que chamou “ultraimperialista”. As formulações de Kautsky sobre a nova fase mundialista do capitalismo apresentadas como uma utopia pacifista constituíam um grave prejuízo para os objectivos das lutas que as novas condições exigiam. Segundo Lenine a definição de Kautsky do imperialismo era utópica na aparência e oportunista na essência. Lenine procurou demonstrar que os anúncios pronunciados por Marx haviam-se cumprido, manifestavam-se concretamente nas novas características do capitalismo, novas não porque fossem acontecimentos singulares, aleatórios ou casuais, sem passado e sem história, mas, pelo contrário, resultados maduros de um processo, de uma tendência imanente que Marx descobrira: a formação dos grandes grupos económicos (trusts, monopólios, multinacionais), isto é a concentração e centralização do capital, a marcha para a formação de um mercado mundial com um papel crescente e decisivo dos Bancos, isto é, o entrosamento da grande indústria com a banca, o carácter cada vez mais financeiro da economia, factor de enorme relevo para a internacionalização e hegemonia dos oligopólios de ambição planetária. Mas também, necessariamente complementar, a violência brutal, bárbara e desumana, que

Marx já expressara nas páginas de *O Capital*, ou seja, a conquista do mundo pela burguesia nunca se fez, nem se fazia na época em que Lenine criticou Kaustsky, por via pacífica nem para aí se caminhava, muito pelo contrário, sim pela destruição das economias locais, pela expropriação e proletarização universal forçada, pela guerra entre nações ricas e não apenas destas contra as mais pobres. A argumentação de Kautsky, que parecia irrefutável quando se referia ao predomínio do capital financeiro (aliás, conclusões factuais já avançadas por economistas de referência), escamoteava o potencial agravamento da concorrência inter-capitalista, a competição por nova partilha do mundo, e descolava o imperialismo do movimento imanente e objectivo da totalidade do capitalismo. Não faz sentido descrever-se a concorrência inter-capitalista sem que se pressuponha a totalidade do capitalismo, isto é, o capitalismo como um modo de produção, um sistema dotado de características comuns em toda a parte, tendo nele inscrito as mesmas tendências, movendo-se como uma máquina compressora sobre o globo. Não se tratava, para Lenine, de um império à semelhança do império romano, política expansionista de um país, ou vários, mais poderosos do que os demais, mas de uma formação económica e social, atravessada por diferenças e contradições, cuja base – a acumulação – criou um mercado mundial. O imperialismo vinha para substituir os velhos impérios coloniais não superando a concorrência mas, ao invés, conduzindo-a a extremos inauditos.

Todos conhecemos as teses defendidas por V.I. Lenine no seu famoso livrinho «O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo». Contudo, talvez importe aqui resumi-las para sustentar que elas correspondem ao pensamento de Marx e constituem uma aplicação criadora a novas condições. A exposição assenta, sobretudo, na análise demonstrativa da concentração da produção e na formação dos monopólios. O aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo, segundo Lenine. A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo de inventos e aperfeiçoamentos técnicos. «O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa» (obra citada, p.31, edição portuguesa). Esta tese, que persegue fielmente a teoria de Marx, é de enorme importância. Ambivalência dialéctica: o capitalismo na fase imperialista dos trusts, cartéis, monopólios, multinacionais, tanto impõe e administra a sua liberdade absoluta ou quase, isto é, dominam o mercado mundial, partilham o globo entre si «por contrato», como, simultaneamente, sem darem por isso e sem o desejarem evidentemente, amadurecem as condições objectivas para a sua socialização completa, na medida em que a produção é integralmente social; social não já apenas porque abarca e serve um país inteiro, mas, numa economia de colossal escala, abarca o globo. Reduz-se o particularismo, dissolvem-se as economias locais e familiares. Em boa verdade já não fazem sentido sequer economias regionais, porque estas servirão o mercado mundial ou estão condenadas. Dialécticamente falando o mau contém ao mesmo tempo o bom, isto é, o aprofundamento do carácter social da produção. E Lenine

subentende a tese marxiana de que quanto mais desenvolvidas forem os meios e as relações de produção melhor se construirá o socialismo. Não será porém neste livrinho que se responde à interrogação seguinte: nesse sentido, tomando a tese à letra, será não somente possível mas mais fácil o socialismo num só país? Ou seja, quanto mais as multinacionais se afirmam e o capitalismo se converte numa força global é menos ou mais fácil o socialismo num só país? Muito antes do debate sobre “o socialismo num só país” eclodir entre Estaline e Trotsky, o oportunismo de Kaustky antevia na fase do imperialismo a utopia de um capitalismo mais favorável à paz mundial, à comunicação e ao consenso entre países, etc.

O outro elemento fundamental que Lenine explana para descrever a nova fase como imperialista são os bancos; e uma vez mais desenvolve teses que Marx expusera em *O Capital*. «(...) o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue «reinando» como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos «génios» das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a esta socialização, beneficia...os especuladores.» (obra citada, p. 32). Palavras proféticas que melhor do que nunca se aplicam aos nossos tempos. «A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto.» (obra citada, p.33).

O desenvolvimento das trocas a uma escala cada vez mais mundial, é uma tendência inelutável do capitalismo entregue a si próprio. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo.

As afirmações de Lenine ganharam toda a actualidade nos tempos vindouros. As crises económicas tornam-se cada vez mais profundas e mundiais, o desemprego não só tem vindo a aumentar como adquiriu um carácter crónico. Aumenta o domínio através do militarismo que ao mesmo tempo que revela a decomposição e o parasitismo do capitalismo, é utilizado para oprimir e intimidar. Daí os enormes gastos com as armas que tanto enriquecem os monopólios que as produzem como debilitam as economias. Daí o contrabando de armas, a corrupção e a militarização de regimes fantoches. A Guerra Fria, causada e sempre alimentada pelo capitalismo, e que constituiu um factor de monta para a estagnação da economia da União Soviética, prova sobremaneira as teses leninistas. Aprisionado num ciclo vicioso o militarismo devora recursos tanto das potências imperialistas como dos países dominados, empobrece e arruína os povos e, numa escalada sem fim, prepara infundavelmente novas guerras.

A violência política é, antes de mais, uma função económica. Desenvolve-se no mesmo sentido que a evolução económica, contribuindo tanto para a acelerar, como para a refrear. O Capital é incapaz de suprimir a violência e o militarismo,

violência que começa na expropriação e conseqüente proletarização e culmina na invasão de nações, ameaças e intimidações. A Conferência que a NATO realiza em Novembro precisamente num país periférico e dominado como Portugal, é prova bastante não de um “ultraimperialismo” de concórdia, um novo “Império” auto-regulado que aprendeu finalmente a unir concorrentes agressivos por meio de acordos pacíficos, mas, sim, do reforço e alargamento de uma tremenda força militar liderada pelos Estados Unidos que prossegue as suas finalidades originais de intimidação das nações que se lhe oponham, de intimidação e de intervenção militar sempre sob a capa mentirosa da «defesa do mundo livre», dos «direitos humanos» ou do «mercado livre». O imperialismo é a tentativa de submeter totalmente o mundo, através de trocas desiguais, da rapina de recursos, do controlo do mercado de capitais, da hegemonia tecnológica e do controlo dos meios de comunicação de massas, e tudo isto é inseparável da utilização dos meios militares quando necessário e sempre que possível.

O propósito de Lenine é desenvolver a tese de Marx da formação do mercado mundial relacionando-a com a teoria da acumulação. Quando esse imperialismo já se expandia nos inícios do século, alguns outros viram nessa transformação virtuais vantagens para a paz e para os consensos, como outros voltam a vê-las com a chamada “globalização”. Ora, a fase superior do Capitalismo foi e é, afinal, a fase do seu militarismo mais brutal, desde as duas guerras mundiais à Guerra Fria, desde a Indochina ao Médio Oriente. É a fase da sua decomposição e decadência, por mais fôlegos que tenha, e do seu comportamento parasitário, como se demonstra pela rapina dos poços de petróleo e pelo elevado grau de consumo nos Estados Unidos garantido pela exploração dos países dominados. Já foi há tanto tempo que terminou a fase “heróica” e “revolucionária” da Burguesia que nos provoca um espanto triste certos filósofos e pensadores contemporâneos que conseguem vislumbrar no capitalismo ainda um potencial de revolucionamento permanente, talvez iluminados até à cegueira pelos progressos tecnológicos. Todas as taras estavam exacerbadas ao tempo em que Lenine redigiu a obra que temos vindo a citar; se assim já o era, cem anos depois não temos mais adjectivos para as classificar. As crises sucediam-se cada vez mais graves, foi Lenine que o disse, e não podia sequer adivinhar a crise de 1929 e a crise que ora atravessamos sem fim à vista...

A monopolização não trouxe o fim da concorrência, o fim da rivalidade inter-capitalista, como interpretou Kautsky. A tese de Marx e, portanto, de Lenine, é esta: a monopolização junta-se à concorrência e nesta combinação intensificam-se uma à outra. É esta dialéctica que introduz o imperialismo. As rivalidades inter-capitalistas, a exportação de capital e a deslocalização das empresas para os países subdesenvolvidos promoveram o desenvolvimento das forças produtivas nessas áreas do globo, gerando um vasto proletariado mundial e fazendo entrar essas regiões no palco das modernas lutas de classes.

Não sabemos o que farão as famosas “multidões” enaltecidas por Michael Hardt e Antonio Negri no seu livro intitulado «Império»... Promovido por esse novo avatar em que se transfigurou o capitalismo, essa entidade abstracta,

sem espaço e sem tempo, a que chamaram “Império”, a mobilidade e a circulação dessas multidões “nômadas” é o traço novo do capitalismo contemporâneo que teria deixado de ser imperialista. Segundo eles estas multidões “nômadas” apropriam-se do espaço e constituem-se em “sujeito activo”. Como é que “multidões” alcançam consciência de “sujeito activo”? Em vez de “massas”, multidões; em vez de classes, multidões. Eles mesmos se interrogam: «Como podemos reconhecer (e revelar) uma tendência política constituinte dentro e mais além da espontaneidade dos movimentos da multidão?» (Imperio, Paidós, Barcelona, 2002, p.361,) Realmente esse é o calcanhar de Aquiles de um livro ambicioso que ganhou foros de notoriedade. Os autores esforçam-se por demonstrar que a fase do imperialismo transitou para a fase do Império, hegemonia global da qual, dizem, «os Estados Unidos não constituem –e, em realidade, nenhum estado-nação pode hoje constituir – o centro de um projecto imperialista. O imperialismo terminou. Nenhuma nação será o líder mundial como o foram as nações europeias modernas». » (sic, p. 15). O Império é, assim, a nova forma global de soberania composta por uma série de organismos nacionais e supra-nacionais... Bem, esta caracterização de um putativo Império que viria encerrar a fase dos imperialismos, assemelha-se de algum modo à tese de Kaustky sobre um “ultra-imperialismo” que viria resolver a competição guerreira entre os imperialismos através da possibilidade de uniões e acordos, o que facilitaria o desenvolvimento de reformas sem necessidade de recorrer a rupturas radicais e violentas. Ou seja, um capitalismo monopolista sem imperialismos, regulado por um supra-império...difuso e nebuloso.

Porquê tratar o tema do imperialismo? Porquê revisitar o célebre livro de V. I. Lenine? Primeiro, porque a noção de «imperialismo» é de importância crucial, sempre o foi mas hoje não menos do que antes, talvez mais importante hoje, para descrevermos o mundo, os seus traços e as suas tendências da economia, da política, das ideologias, para nos insurgirmos e acreditarmos na necessidade e possibilidade de uma alternativa, para definirmos os fins e construirmos os meios. Tudo isto em grande parte depende da definição que atribuímos ao conceito de imperialismo. Para situar a reflexão servi-me do livro de Lenine, porque me pareceu oportuno expor a sua actualidade, apesar de aqui e ali necessitar de correcções e adaptações que cem anos de história exigem e justificam. Não se deve enterrar a cabeça na areia e fingir que nada aconteceu entretanto, que o capitalismo não mudou absolutamente nada e que a época das revoluções se abre prometedora para as nossas lutas, como afirmara então Lenine. Contudo, na sua essência, o imperialismo não terminou, os cinco traços fundamentais que Lenine viu no imperialismo não se evaporaram neste capitalismo desregulado e neo-liberal. A acumulação criou um mercado mundial, o capitalismo atravessou vários períodos até culminar no imperialismo que é a sua fase monopolista, ou, se preferirmos, das corporações multinacionais, que têm vindo a demolir as formações sociais não-capitalistas e a oprimir pela exploração aberta e pela violência descarada sempre mais povos e populações do globo; as potências capitalistas continuam a dividir o mundo em esferas de influência, neste caso um mundo apto a sofrer um novo ordenamento após o colapso da União Soviética, a concorrência inter-capitalista agudiza-se com a relativa inércia e dependência da economia

estado-unidense e com a entrada na arena do mercado mundial das pujantes economias da Ásia, etc.

Finalmente, importa porventura reafirmar a actualidade e a incontornável importância dos textos de Marx e de Lenine para nos ajudarem a compreender já não digo o presente conjuntural, mas a história de prazos longos, como exigia a boa historiografia da escola de Braudel. A periodização do comportamento multicientenário do capitalismo revela-se, assim, de uma importância evidente a todos os títulos, porquanto não pertença ao número dos que acreditam que o imperialismo transitou para uma nova fase, em que se torna um movimento, um movimento difuso e algo virtual como aquelas noites em todos os gatos são pardos. O neo-liberalismo não corresponde ao fim dos imperialismos e a uma nova civilização, mas, pelo contrário, a um terrível retrocesso civilizacional imposto por um capitalismo de bandidos. Nunca foi tão premente falar de Lenine, de Marx, como agora, num tempo em que se tenta criminalizar o «comunismo», se silencia o mais que se pode o marxismo e não poucos intelectuais abandonaram a sua formação marxista. A ofensiva agressiva do capitalismo é demasiado visível em múltiplas áreas do planeta para nos permitirmos ignorar o debate sobre o que é o capitalismo hoje, qual o grau e natureza da sua pulsão, digamos assim, imperialista. Há também demasiadas utopias, algumas bem oportunistas, para que nos deixemos embalar por elas ou calarmos a nossa crítica. Há derrotas, há lições a extrair, há debilidades e contradições nos movimentos operários da Europa e não só, nas organizações sindicais e nos partidos políticos, há desistências desastrosas nas sociais-democracias. Mas há também resistências, às vezes de tipos novos, inesperados, muito diferenciadas, que vão desde as de cariz religioso a outras que parecem retomar os programas independentistas e nacionalistas de décadas atrás. Há, em suma, a «globalização», nome que conquistou a linguagem comum e que para a qual se encontram dúzias de interpretações diferentes. “Globalização” é capitalismo, e sendo-o, é imperialismo? Eis a questão.

Outubro de 2010